



MENSAGEM DE ENCAMINHAMENTO

PROJETO DE LEI Nº 029, DE 02 DE JUNHO DE 2025

Institui o Prêmio Assiduidade no âmbito do Poder Executivo Municipal, destinado aos agentes públicos que se especifica e dá outras providências.

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação dessa Egrégia Câmara de Vereadores o incluso Projeto de Lei, que "Institui o Prêmio Assiduidade, no âmbito do Poder Executivo Municipal, destinado aos agentes públicos que se especifica, e dá outras providências."

A presente proposição tem por finalidade reconhecer, valorizar e incentivar a assiduidade e a pontualidade dos agentes públicos em efetivo exercício no serviço público municipal, como forma de promover a excelência na prestação dos serviços públicos aos munícipes.

O Prêmio Assiduidade proposto constitui-se em bonificação de natureza não remuneratória, a ser concedida aos agentes que cumprirem os critérios e condições definidos no texto legal, sem qualquer impacto sobre encargos trabalhistas, previdenciários ou tributários.

A concessão será realizada com base em critérios objetivos de frequência e pontualidade, salvo quanto aos Agentes Comunitários de Saúde, cujo desempenho será avaliado conforme as metas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Saúde, devido à natureza externa das atividades, e aos servidores não vinculados ao registro de ponto, como os integrantes da Assessoria Jurídica, cujo direito ao Prêmio de Assiduidade será reconhecido mediante declaração mensal da chefia imediata, atestando o cumprimento integral da carga horária e a ausência de faltas no período.

Cumpra mencionar que este projeto não tem como objetivo apenas promover uma cultura de comprometimento dos servidores com o serviço público, mas também mitigar os custos operacionais por meio da redução das faltas, evitando a necessidade de contratação de substitutos temporários, a sobrecarga de outros servidores e a geração de despesas com horas extras, contribuindo para a eficiência e a sustentabilidade financeira da administração pública.

Ressalte-se, ainda, que a proposição encontra-se em conformidade com os princípios da responsabilidade fiscal, prevendo a possibilidade de suspensão do pagamento como instrumento de adequação às condições financeiras e orçamentárias do Município, em consonância com o disposto na Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Documento assinado digitalmente. Para confirmar a autenticidade e verificar as assinaturas, acesse:
<https://www.cvagrolandia.sc.gov.br/validador-assinatura> e digite o identificador: KFAQ1K-RYHKB-7IILR-3JU0P-ILNEX





PREFEITURA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA

Rua dos Pioneiros, 109 – CEP 88420-000 – Agrolândia/SC

Fone/Fax (47) 3534-4212 - www.agrolandia.sc.gov.br



Diante da relevância da matéria e da necessidade de sua implementação como ferramenta de gestão e valorização do servidor público, solicito a análise, tramitação e aprovação do presente Projeto de Lei nos termos regimentais.

Agrolândia/SC, 02 de junho de 2025.

Gianfranco Christiano Mohr
Prefeito Municipal



Documento assinado digitalmente. Para confirmar a autenticidade e verificar as assinaturas, acesse:
<https://www.cvagrolandia.sc.gov.br/validador-assinatura> e digite o identificador: KFQ1K-RYHKB-7IILR-3JU0P-ILNEX



PROJETO DE LEI Nº 029, DE 02 DE JUNHO DE 2025

Institui o Prêmio Assiduidade no âmbito do Poder Executivo Municipal, destinado aos agentes públicos que se especifica e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Agrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, submete a apreciação da Câmara de Vereadores o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Poder Executivo Municipal, o Prêmio Assiduidade, a ser concedido aos agentes públicos em efetivo exercício, como forma de reconhecimento pela pontualidade e frequência no trabalho, bem como para contribuir com a excelência na prestação dos serviços públicos à população.

§ 1º Farão jus ao Prêmio Assiduidade os seguintes agentes públicos:

- I - os empregados públicos;
- II - os ocupantes de cargo de provimento efetivo;
- III - os designados para função gratificada;
- IV - os ocupantes de cargo em comissão;
- V - os contratados por tempo determinado; e
- VI - os conselheiros tutelares.

§ 2º Não farão jus ao Prêmio Assiduidade os seguintes agentes públicos:

- I - os agentes políticos – prefeito, vice-prefeito e secretários municipais;
- II - os estagiários;
- III - os inativos; e
- IV - os pensionistas.

Art. 2º O Prêmio Assiduidade instituído por esta Lei tem caráter de bonificação por assiduidade e pontualidade, com natureza não remuneratória, não se incorporando à remuneração do agente público, não sendo considerado para o cálculo de férias, décimo terceiro salário, aposentadoria, pensão ou qualquer outra vantagem funcional, nem integrando a base de cálculo para contribuições previdenciárias, Imposto de Renda ou quaisquer outros encargos trabalhistas e tributários.

Art. 3º O Prêmio Assiduidade será calculado com base na jornada semanal de trabalho do agente público, correspondendo a uma quantia definida em Unidade Fiscal Municipal (UFM), conforme o valor vigente no exercício, de acordo com os critérios a seguir:





I - jornada de até 20 (vinte) horas semanais: 95 (noventa e cinco) UFM;

II - jornada igual ou superior a 30 (trinta) horas semanais: 125 (cento e vinte e cinco) UFM;

III - jornada reduzida, independentemente da causa e da carga horária semanal: 95 (noventa e cinco) UFM.

§ 1º O beneficiário que realizar horas extraordinárias não fará jus a acréscimo no Prêmio Assiduidade, sendo considerado, para cálculo, apenas a carga horária regular do seu cargo, emprego ou função.

§ 2º O crédito do Prêmio Assiduidade será disponibilizado em cartão específico, até o 15º dia do mês subsequente ao período apurado.

§ 3º O valor da UFM será aquele estabelecido anualmente em Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal.

§ 4º Para apuração do direito à bonificação, serão observados os seguintes critérios:

I - será considerada a folha de frequência e outros registros oficiais de assiduidade como base geral de verificação;

II - no caso específico dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), a aferição ocorrerá com base no cumprimento das metas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Saúde, tendo em vista a natureza externa de suas atribuições;

III - para os servidores não vinculados ao registro de ponto, como os integrantes da Assessoria Jurídica, o direito ao Prêmio Assiduidade será reconhecido mediante declaração mensal da chefia imediata, atestando:

a) o cumprimento integral da carga horária;

b) a ausência de faltas no período.

§ 5º No caso de agente público titular de dois cargos, empregos ou funções legalmente acumuláveis, o Prêmio Assiduidade será devido apenas a um dos vínculos, desde que cumpridos os requisitos previsto nesta Lei para ambos.

§ 6º O agente público recém-ingressado no serviço público municipal fará jus ao Prêmio Assiduidade de forma proporcional aos dias efetivamente trabalhados no mês de ingresso, desde que atendidos os demais requisitos legais.

Art. 4º Para efeitos desta Lei:

I - entende-se por assiduidade o comparecimento regular e pontual ao trabalho, não fazendo jus ao Prêmio Assiduidade o agente público que:





- a) faltar ao trabalho, ainda que com justificativa ou falta abonada;
- b) registrar atraso ou saída antecipada, salvo quando dentro do limite de tolerância fixado em ato administrativo;
- c) não cumprir as convocações e escalas de trabalho nos pontos facultativos e recessos;
- d) tiver sido aplicada penalidade em decorrência de processo administrativo disciplinar nos 12 (doze) meses anteriores ao mês de apuração;
- e) for punido com advertência por escrito no mês de apuração;
- f) se encontrar em qualquer tipo de licença ou afastamento.

II - consideram-se como situações de efetivo exercício, nas quais o agente público terá direito ao Prêmio Assiduidade:

- a) compensação de banco de horas;
- b) licença por falecimento de familiar de até 2º grau, cônjuge ou companheiro;
- c) convocação do Poder judiciário;
- d) ausência devido à convocação para atuar em serviço eleitoral;
- e) participação em cursos, palestras ou reuniões autorizadas pelo Município;
- f) gozo de licença prêmio, quando fará jus ao Prêmio Assiduidade de forma proporcional aos dias efetivamente trabalhados no mês;
- g) gozo de férias.

Parágrafo único. Não serão consideradas, para fins de concessão do Prêmio Assiduidade, quaisquer outras situações previstas no Estatuto dos Servidores que não estejam expressamente elencadas neste artigo.

Art. 5º Caberá à Divisão de Recursos Humanos e à Controladoria Interna realizar auditorias nos registros de frequência dos servidores, bem como informar ao Chefe do Poder Executivo qualquer irregularidade encontrada que implique favorecimento e/ou recebimento indevido do prêmio estabelecido nesta Lei.

Art. 6º O pagamento do Prêmio Assiduidade poderá ser suspenso por ato do Chefe do Poder Executivo, como mecanismo de limitação de empenho e movimentação financeira nos montantes necessários, sempre que verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, ou apresentar déficit orçamentário, sendo restabelecido quando a situação fiscal for equilibrada.





Parágrafo único. A medida será incluída na Lei de Diretrizes Orçamentárias a partir do exercício de 2026, em conformidade com o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 7º O Poder Executivo Municipal poderá regulamentar esta Lei, no que couber, para assegurar sua adequada execução.

Art. 8º As despesas decorrentes desta Lei serão custeadas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Parágrafo único. Para os exercícios financeiros subsequentes, o Poder Executivo consignará, nas respectivas Leis Orçamentárias, dotação orçamentária suficiente para o atendimento das despesas decorrentes da presente Lei.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor no dia 15 de julho de 2025.

Agrolândia/SC, 02 de junho de 2025.

Gianfranco Christiano Mohr
Prefeito Municipal





PREFEITURA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA

Rua dos Pioneiros, 109 – CEP 88420-000 – Agrolândia/SC

Fone/Fax (47) 3534-4212 - www.agrolandia.sc.gov.br



ANEXO I

ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

Nova Proposta	Quantidade	Valor/Mês (UFM)	Valor Atual UFM	Valor Mensal	Gasto 2025	Gasto 2026	Gasto 2027
Jornada até 20horas e carga reduzida	16	95,00	4,1659	132.975,53	797.853,17	1.595.706,34	1.653.763,98
Jornada igual ou superior a 30horas	411	125,00		214.023,11	1.284.138,67	2.568.277,35	2.661.720,70
Total	427	X-X-X	X-X-X	346.998,64	1.284.138,67	2.568.277,35	2.661.720,70

Impacto Orçam. e Financeiro	2025	2026	2027
1. Superávit Financeiro (estimado)	2.500.000,00	600.000,00	600.000,00
2. Receita Prevista	72.600.000,00	76.230.000,00	80.040.000,00
3. Disponibilidade Financeira (1+2)	75.100.000,00	76.830.000,00	80.640.000,00
4. Valor de Aumento	1.284.138,67	2.568.277,35	2.661.720,70
5. Impacto Orçamentário (4 / 2)	1,77%	3,37%	3,33%
6. Impacto Financeiro (4 / 3)	1,71%	3,34%	3,30%

PREMISSAS E METODOLOGIA DE CÁLCULO

O cálculo acima considera como parâmetro o valor fixo mensal, considerando a quantidade de vagas ocupadas podemos dizer que o valor mensal seria de R\$ 346.998,64. Foi considerado inclusive com a projeção de atualização da UFM a ser concedida ao longo dos anos de 2026 e 2027.

Para o exercício de 2025 foi considerado gasto a partir do mês de julho.

GIANFRANCO CHRISTIANO MOHR

Prefeito Municipal



ANEXO II

DECLARAÇÃO

Declaro, em cumprimento ao disposto no art. 16, II da LRF, que a Criação, Expansão ou Aperfeiçoamento da Ação Governamental, ocasionada pelo presente Projeto de Lei, tem adequação orçamentária e financeira com a LOA – Lei Orçamentária Anual e é compatível com a LDO e PPA.

E, por ser verdade, dato e assino a presente.

Agrolândia/SC, 02 de junho de 2025.

Gianfranco Christiano Mohr
Prefeito Municipal



Para confirmar a autenticidade e verificar as assinaturas, acesse:
<https://www.cvagrolandia.sc.gov.br/validador-assinatura> e digite o identificador: KFQ1K-RYHKB-7IILR-3JU0P-ILNEX